

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE SUJEITOS LGBTQS ANTE A ESCOLA HETERONORMATIVA

*Welma Cristina Barbosa Mafra
Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Rogério Luís Pereira Mafra*

Resumo

O presente artigo discute a heteronormatividade escolar por meio de memórias estudantis. Trata-se de um texto descritivo e interpretativo, de natureza qualitativa, elaborado a partir de uma pesquisa desenvolvida com quatro jovens militantes do Movimento LGBTQS em Belém/PA, acerca das experiências heteronormativas vivenciadas durante seu processo de escolarização. Tem como objetivo identificar quais estratégias foram adotadas diante da heteronormatividade presente no ambiente escolar. Os dados obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas foram categorizados, submetidos à análise de conteúdo e apontaram diferentes formas de lidar com as práticas escolares de heteronormatização compulsória. Deste modo, silenciamentos e omissões, muitas vezes, surgiram como alternativas para evitar conflitos, estigmas e constrangimentos associados à necessidade da permanência escolar. Por outro lado, enfrentamentos individuais e organização de coletivos estudantis também fizeram parte das estratégias mobilizadas por estudantes LGBTQs durante suas trajetórias escolares, numa perspectiva de redução de danos, tornando, assim, a vida na escola menos hostil e mais palatável.

Palavras-chave: escola básica; memórias de escolarização; heteronormatividade compulsória.

LGBTQs' SURVIVAL STRATEGIES IN THE FACE OF HETERONORMATIVE SCHOOLS

Abstract

This article discusses school heteronormativity through student memories. It is a descriptive, interpretative text of a qualitative nature, based on research carried out with four young activists from the LGBTQS Movement in Belém/PA about the heteronormative experiences they had during their schooling process. It aims to identify the strategies adopted in the face of the heteronormativity present in the school environment. The data obtained from semi-structured interviews was categorized and subjected to content analysis and showed different ways of dealing with compulsory heteronormative school practices. In this way, silencing and omission often emerged as alternatives to avoid conflicts, stigmas and constraints associated with the need to remain in school. On the other hand, individual confrontations and the organization of student collectives were also part of the strategies mobilized by LGBTQS students during their school careers, which were presented from a perspective of harm reduction, thus making life at school less hostile and more palatable.

Keywords: basic school; schooling memories; compulsory heteronormativity.

ESTRATEGIAS DE SUPERVIVENCIA DE LOS LGBTQS ANTE LA ESCUELA HETERONORMATIVA

Resumen

Este artículo aborda la heteronormatividad escolar a través de las memorias de los estudiantes. Se trata de un texto descriptivo e interpretativo de naturaleza cualitativa, basado en una investigación realizada con

cuatro jóvenes activistas del Movimiento LGBT de Belém/PA sobre las experiencias heteronormativas que vivieron durante su proceso de escolarización, con el objetivo de identificar las estrategias que adoptaron frente a la heteronormatividad presente en el ambiente escolar. Los datos obtenidos a partir de entrevistas semiestructuradas fueron categorizados, sometidos a análisis de contenido y mostraron diferentes formas de lidiar con las prácticas escolares heteronormativas obligatorias. Así, el silenciamiento y la omisión surgieron a menudo como alternativas para evitar conflictos, estigmas y limitaciones asociadas a la necesidad de permanecer en la escuela. Sin embargo, las confrontaciones individuales y la organización de colectivos de estudiantes también formaron parte de las estrategias movilizadas por los estudiantes LGBT durante su trayectoria escolar desde una perspectiva de reducción de daños, haciendo así la vida en la escuela menos hostil y más apetecible.

Palabras clave: escuela básica; enseñar recuerdos; heteronormatividad obligatoria.

INTRODUÇÃO

Em um cenário de persistente desigualdade social e recrudescimento de diversos tipos de intolerância, a violação de direitos é uma realidade para todos. Ademais, em uma sociedade que, além de classista, é machista, heterossexista, racista e misógina, alguns indivíduos são mais vulneráveis que outros, como as populações de lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros (LGBTs).

A heteronormatividade diz respeito a um conjunto de dispositivos disciplinares que estabelecem a heterossexualidade como possibilidade única de vivência normal da sexualidade humana (Junqueira, 2012). Apresenta-se como um grande marcador da angústia daqueles que são LGBTs, posto que direciona as vivências de ódio e intolerância que, prontamente, recaem sobre aqueles que não se assujeitam aos condicionantes das normas de gênero. Esses sujeitos são alcançados e despojados de sua humanidade com base em sua orientação sexual e em sua identidade de gênero e, a partir de então, sucessivas alienações e interdições vão lhes sendo impostas no acesso e no usufruto de diversos direitos inerentes à condição humana, dentre eles, a educação (Andrade, 2012).

Com base em dispositivos legais historicamente constituídos, é de amplo conhecimento que o direito de se educar formalmente, de se ter acesso à escola, foi expandido para todos. A mobilização em prol dessa conquista perpassou por acordos internacionais, materializou-se na Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e foi ratificada pela política educacional brasileira representada pela Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Brasil, 1996), que coloca a família e o Estado como corresponsáveis pelo processo de formação escolar de crianças e jovens.

Essas normativas, considerando as diferenças culturais, sociais e econômicas de um país continental, multiétnico e sincrético, apresentam a igualdade de acesso e a permanência, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância como princípios da educação escolar que se propõe. Isto se dá numa clara denotação de que a escola é um lugar plural, onde todos os sujeitos devem ser e se sentir acolhidos e valorizados.

Contudo, ao se lançar um olhar mais atento que dê conta da escola real, percebe-se que o ambiente escolar é um território disputado e determinado por condicionantes sociais que são fruto de tensões entre classes. Nesse sentido, é possível vislumbrar uma instituição que atende a determinados preceitos relativos ao gênero, geração, etnia, classe social, religião, identidade de gênero e orientação sexual (Louro, 2007).

Em paradoxo ao discurso da valorização da diversidade, em muitas oportunidades, a escola que se tem hoje não visa à reprodução de todo tipo de ser humano. Nesta perspectiva, a escola seria um tempo, um espaço e uma forma social que busca a criação de um modelo de homem que

atenda aos interesses daqueles que, conjunturalmente, têm primazia nas correlações de força. Dadas as condições, o sujeito que, atualmente, interessa à escola é branco, homem, jovem, cristão, cisgênero e heterossexual, características que excetuam parcelas significativas de nossa população.

Por essa razão, as pessoas de identidade LGBT fazem parte de um conjunto de sujeitos que, ao usufruírem do direito de frequentar a escola, deparam-se com um território inóspito (César, 2009). A instituição escolar, ao abraçar no seu currículo oculto, o ideal heterossexista, em que a heterossexualidade se constitui como fator de superioridade e inclusão, relega às pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras um papel secundário, de baixo prestígio social. A escola, ao acolher o binarismo sexual, acatar as normas de gênero e descartar a produção social de masculinidades e feminilidades diversas, transforma-se em lugar de controle de corpos, de esquadrejamento de identidades e de perseguições e violências, que têm por objetivo os processos de homogeneização ou expulsão indireta (Bento, 2009).

Por consequência, podemos supor que as trajetórias escolares de jovens das minorias sexuais sejam um caminhar repleto de continuidades e rupturas, em uma luta pela apropriação dos saberes socialmente relevantes. Um exercício de constantes negociações, resistências e assujeitamentos que expressam posturas adotadas na vivência de uma escola hostil.

Dito isto, o texto que agora se descortina é sobre sujeitos LGBTs e suas memórias de experiências de heteronormatividade escolar. O objetivo é colocar, em primeiro plano, as estratégias adotadas por estudantes lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros para sobreviver a uma rotina escolar de múltiplos agravos, em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Por essa razão, é também um convite à reflexão sobre experiências escolares de deslegitimação, nas quais as questões relativas à sexualidade esgarçam os compromissos ético-políticos de se promover uma educação para a equidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é parte de uma investigação que teve por objetivo o resgate das memórias escolares heteronormativas de pessoas de identidade lésbica, gay, bissexual e transexual que hoje atuam na militância LGBT na cidade de Belém/PA.

Como um dos desdobramentos deste trabalho, pudemos identificar e analisar quais as posturas adotadas pelos sujeitos da pesquisa frente às investidas escolares de heteronormatização compulsória. A indagação teve sua pertinência assentada na ideia de que a escola funciona, frequentemente, como instrumento de regulação de pertencimentos e condutas, e que, ao incorporar o heterossexismo como expressão do correto, do adequado e do ideal, certamente busca orientar crianças e jovens no sentido da reprodução de tal posicionamento. A ideia era, então, entender como os sujeitos lidaram com essas práticas.

A escolha da juventude militante LGBT, como sujeitos de investigação, se fez a partir do reconhecimento do primordial papel dos jovens nos processos de construção do novo, por meio de ações propositivas dos coletivos juvenis nas lutas por emancipação política e social. Ademais, é baseada no fato de que a saída, relativamente recente, desses jovens da escola possibilitaria, por meio de suas memórias, uma melhor compreensão de como estes sujeitos se posicionaram quando agentes escolares tentaram lhes fazer aderir às normas de gênero.

Neste sentido, para fazer parte da pesquisa era necessário: ter concluído a educação básica; autodeclarar-se de identidade LGBT; estar enquadrado na categoria de jovens, aqui assumida com base na Lei nº 12.852/2013, conhecida como Estatuto da Juventude (Brasil, 2013); e ser militante do Movimento LGBT em Belém/PA.

Nossa proposta de estudo se constitui em uma pesquisa qualitativa, aos moldes das perspectivas defendidas por Bogdan e Biklen (1994), Denzin e Lincoln (2006) e Minayo (1994). Nela, os dados coletados não são matéria de matematização estatística e a fala assume o lugar de verdade, sendo seu conteúdo analisado à luz de um referencial teórico.

Utilizamos uma abordagem com base em memórias que, de acordo com Simson (2004, p.11), diz respeito à “[...] capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, texto etc.)”. Para tal, acatamos a existência de três concepções de memória: a memória individual, constructo humano pertencente a um único indivíduo, fortemente relacionada às suas práticas, experiências e vivência; a memória coletiva, que assenta e entrelaça os homens em grupos e em contextos sociais a partir de relações de influência e poder; e a memória social, que abarca o discurso hegemônico e o contradiscurso, enfatizando a memória popular, originária de grupos minoritários proponentes de uma contra hegemonia.

No tocante aos procedimentos de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada (Triviños, 1995) como instrumento para o resgate das memórias relativas à temática apresentada. Isto nos permitiria, ainda que moderadamente, encaminhar a discussão por meio de um roteiro de perguntas em direção a esta questão de investigação sem inviabilizar, entretanto, a fluidez da fala dos entrevistados, pessoas que têm domínio sobre o assunto tratado. Através da inserção em campo, apesar de utilizar um roteiro durante a realização das entrevistas, pudemos “[...] fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto” (Colognese, Mélo, 1998, p. 144).

Foram entrevistados quatro sujeitos, de forma que cada uma das identidades representadas na sigla LGBT pudessem compor o universo dos pesquisados. Deste modo, ouvimos uma mulher lésbica, identificada no texto como Vange; um homem gay, como Milk; uma mulher bissexual, como Marielle; e uma mulher transexual, como Lili.

As entrevistas, gravadas em áudio, aconteceram em salas reservadas na Universidade Federal do Pará, exceto uma que ocorreu na residência do próprio entrevistado. Foram realizados dois encontros com cada um dos sujeitos. No primeiro encontro, apresentou-se a pesquisa, seus objetivos, a cláusula de confidencialidade, além da leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. No segundo, foi realizada a coleta de dados, a partir da entrevista semiestruturada.

Os arquivos gerados pelas entrevistas foram transferidos para um banco de dados e, a partir de então, foram ouvidos diversas vezes. A ideia era tornar os discursos mais familiares e, ainda que de forma preliminar, dar início à identificação de algumas questões relevantes para a organização das categorias analíticas. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011).

Realizaram-se, então, os procedimentos de transcrição, trabalho por meio do qual foram elaborados textos escritos fidedignos, a partir dos quais analisamos as falas, interpretamos os argumentos que interessaram à pesquisa e os agrupamos em categorias, culminando em processo de classificação e análise (Bogdan, Biklen, 1994).

Neste artigo, trabalharemos com a categoria *estratégias de sobrevivência*, que se refere às posturas adotadas pelos sujeitos entrevistados na sobrevivência cotidiana em escolas heteronormativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em “Quando a escola é de vidro”, Rocha (1986) apresenta ao leitor uma escola de formatação, onde, logo ao chegarem, os alunos recebem um pote de vidro no qual precisam entrar e caber. Nesta escola, não há outras formas possíveis, pois todos os estudantes são submetidos a um molde rígido, no qual as diferenças entre os indivíduos são consideradas irrelevantes e, por que não dizer, desnecessárias.

A escola da vida real, com certa frequência, também promove ajustes forçosos, semelhantes aos descritos pela autora. No caso das populações escolares de estudantes LGBTs, os limites do vidro são desenhados pela heteronorma, que oportuniza processos de secundarização, violência e clivagem social.

Assim, a adoção de certas posturas por parte de estudantes lésbicas, gays, bissexuais e transexuais podem ser pensadas como estratégias de sobrevivência em um território escolar ladeado, muitas vezes, por hostilidades. Nesse processo, há jovens que buscam a *invisibilidade* (reclusão/camuflagem), outros vão para o enfrentamento, e há alguns que alternam entre ambas as táticas, conforme as circunstâncias (Seffner, 2013). Essas escolhas, quase sempre, decorrem da necessidade e da importância de se permanecer na escola, sendo manejadas pelos indivíduos em uma perspectiva de redução de danos, que objetiva tornar o cotidiano escolar o mais palatável possível.

Para melhor análise e reflexão sobre as posturas adotadas pelos(as) estudantes LGBTs entrevistados diante de práticas escolares heteronormativas vividas, iniciaremos com um breve relato, dentre as experiências vividas por Lili: o fatídico caso do concurso de bate cabelo¹.

Durante o intervalo das aulas, um conjunto de alunos gays e transgêneros organizaram uma disputa com o objetivo de descobrir quem melhor batia cabelo. Ao iniciarem suas performances, os jovens, ornados de adereços e pinturas, atraíram a atenção de um conjunto de alunos curiosos. Este avolumamento de estudantes em torno das apresentações performáticas não passou despercebido pela coordenação pedagógica que, prontamente, desarticulou a ação, arrematou os alunos performáticos para uma conversa na secretaria escolar e convocou, por escrito, os responsáveis dos envolvidos para uma reunião urgente e emergencial.

Os responsáveis, ao comparecerem à escola, foram informados sobre o referido concurso e seu significado, ou seja, tomaram conhecimento que *bate cabelo* é uma prática pertencente à cultura LGBT e que *bater o cabelo* na escola seria um indício da quebra de regras de conduta. A prática adotada pela escola, na ocasião, relaciona-se a uma concepção na qual é importante delimitar espaços sociais, pertencimentos e identidades, a partir do tracejamento de hierarquias que pretendem deixar claro quem está dentro ou fora da cidadania chancelada pela instituição escolar (Butler, 2001). Naquela oportunidade, a cultura LGBT foi apresentada aos responsáveis como algo inadequado e/ou perigoso, o que favorece o desprezo e o incremento da violência contra os estudantes LGBTs que, muito frequentemente, são vítimas de agressões físicas, injúrias verbais, assédios e roubos.

Acrescido a isso, como forma de reafirmar a existência de regras, vários estudantes sofreram punições e castigos. Alguns alunos tiveram, inclusive, seus cabelos cortados como forma de adequação à escola e à norma. Afinal, no pensar heterossexista, homens e mulheres diferenciam-se

¹ De acordo com Lili, bate cabelo é uma espécie de performance muito afeita às artistas *drag queens* que, em determinados momentos dos shows, balançam vigorosamente seus cabelos em diversos sentidos, levando o público ao delírio.

diametralmente entre si: se elas se apresentam com longos cabelos, eles não poderiam fazê-lo. Então, cortar-lhes os cabelos soaria como um recado para negar uma identidade possivelmente divergente.

Nesta ocasião, Lili apenas observava, com interesse, as performances de seus colegas, mas não participava da brincadeira. Com o desenrolar dos fatos, ao perceber as consequências do ocorrido e, apesar de reconhecer, na motivação da coordenação pedagógica, traços do controle heteronormativo, quando intervém de maneira célere, encaminhando todos os estudantes para a direção da escola, Lili nada fez. Apenas observou, atentamente, o desenrolar dos fatos para “[...] não ser punida como as outras, (pois) a gente não tinha essa consciência de ir, de defender as outras... A gente ficava na nossa[...] Era por medo, justamente, dessa punição, dessa discriminação” (sic).

Apesar de considerar desproporcional a intervenção dos coordenadores, Lili escolheu, naquele momento, manter-se em silêncio, não se expor, principalmente por medo da discriminação. Para ela, o silêncio significaria evitar problemas, como sanções mais rigorosas, em razão do desapeço às pessoas de identidade LGBT, especialmente em situações de conflito escolar. Assim, a ação de não se envolver diz respeito a uma estratégia de salvaguarda mobilizada para evitar a fúria LGBTfóbica, para a qual, neste caso, uma simples brincadeira (ou um momento de lazer) se apresentou como uma séria transgressão às normas de conduta, ou seja, às normas de gênero.

Os(as) jovens em questão foram inquiridos e seus responsáveis foram convocados à escola para que fossem tomadas providências. Entretanto, algumas perguntas surgem: se a disputa de *bate cabelo* fosse protagonizada por um conjunto de singelas meninas, os procedimentos adotados pela escola seriam os mesmos? Será que elas seriam constrangidas e seus pais chamados? Será que suas madeixas seriam energeticamente cortadas?

Para fundamentar tais questionamentos, observemos o caso relatado por Vange que, em uma outra escola, foi intimidada e coagida por segurar as mãos de sua namorada, enquanto um casal de estudantes heterossexuais se beijava, livremente, no banco ao lado, sem provocar nenhum incômodo na servidora da coordenação pedagógica. O tratamento diferencial é base material das práticas escolares heteronormativas de correção. Diz respeito às formas de se tornarem sensíveis as discrepâncias entre aqueles que se alinham e os que não, pontuando o quanto são inapropriados os comportamentos divergentes e o quanto esses comportamentos não serão tolerados (Junqueira, 2009).

Através do tratamento diferencial, propõe-se o constrangimento e o estigma como formas de violência simbólica, que intentam a intimidação e a supressão de comportamentos e práticas desagradáveis àqueles que se pretendem guardiões da norma. Esses fazeres têm em vista a criação de uma forma de padronização comportamental, com um alinhamento dos estudantes ao ideal heterossexual assentido pela escola, sob pena de lhes ser extraído o direito do pertencimento, o valor de ser um verdadeiro integrante do corpo escolar.

Por essa razão, ao presenciar o heteroterrorismo escolar (Bento, 2017) imposto aos seus amigos gays, Marielle recorda que “[...] eu nunca ri, é uma coisa que eu nunca fiz. Eu ficava séria, isso me doía, sabe? [...] Eu ficava só observando”. Tal postura era adotada porque ela “[...] tinha medo de acontecer alguma coisa [...], de ser tratada diferente pela escola” (sic).

Na esteira desse posicionamento, Milk corrobora sobre a retração das pessoas diante do ódio LGBTfóbico. Para ele, naquela época, “[...] não tinha essa questão de empoderamento [...], as pessoas que se assumiam era porque eram realmente *babadeiras* (grifo do entrevistado), para segurar o rojão, porque era difícil” (sic).

Tanto no caso retratado por Lili, quanto nas experiências de Marielle e Milk, o fato de não se envolver ou nada fazer, ou seja, não intervir em favor dos colegas, não deve ser compreendida como uma tomada de decisão oportunizada pela simples indiferença ou pela covardia. Antes, revela-se como uma resposta produzida a partir de um vigoroso processo de exposição à violência simbólica que, de modo costumeiro, ridiculariza, menospreza e apequena as populações LGBTs dentro e fora da escola heteronormativa.

Assim, de acordo com Braga (2014), o não fazer nada, o não interpelar, o não reagir e o não recorrer teriam uma íntima relação com a sensação de concordância da escola com diversos procedimentos LGBTfóbicos praticados por muitos de seus atores. Deste modo, as práticas de deslegitimação das alteridades discordantes vão passando por dentro e por fora do currículo oficial, mobilizando professores, demais profissionais da educação, pais e colegas de turma na fabricação de uma pedagogia do insulto (Junqueira, 2012; Louro, 2003).

Destarte, os sujeitos da pesquisa corroboram que muitos dos notórios casos de discriminação LGBTfóbica terminam em troça. Temos, como exemplo, um episódio relatado por Marielle, em que um estudante, ao expor à coordenação escolar um conjunto de violências que estava sofrendo em razão de sua orientação sexual, viu-se culpabilizado pelo seu próprio tormento: “Não chamaram as mães dos agressores, chamaram a mãe do Igor para ir lá na escola. Não teve, sabe? uma conscientização, um bora lá chamar os alunos, bora falar sobre respeito. [...] o negócio é passar o pano” (sic).

Todavia, se há sujeitos que se silenciam diante de uma escola forte e poderosa, há aqueles que se contrapõe à norma e se empenham em sua desconstrução. Mediante atitudes e ações, por vezes até despretensiosas, estes sujeitos acabam por auxiliar na mobilização de coletivos em defesa de pautas que, dificilmente, seriam discutidas pela escola heteronormativa. Essas pessoas, ao interpelarem a heteronormatividade escolar, confrontam a escola com sua própria parcialidade, expondo o desalinho entre o discurso progressista e acolhedor e a prática real, que é formatada pelo conservadorismo.

Tais estudantes promovem um desconforto para a escola, pois expõem desencaixes e contradições. São chamados, muitas vezes, de alunos “difíceis” porque não se submetem, movem-se rumo à pluralidade. São sujeitos que advogam o apreço pela diversidade para além do discurso paternalista de tolerância (Louro, 2009). Ousam dizer, a plenos pulmões, que a educação e a escola também são direitos seus, e que aqueles que vierem depois de si não precisarão passar pelas mesmas situações de desrespeito, discriminação e violência. Nesse sentido, Vange assim revelou

Quando eu entrei no segundo ano, eu comecei a ver muito dessas coisas (de violência LGBTfóbica). Quando aconteceu os meus problemas lá dentro (da escola), eu fui diretamente com eles (com o grêmio). Já conhecia alguns, tinha amigos dentro da chapa do grêmio, e pedi apoio. Tive apoio. Fomos sempre cobrando o corpo pedagógico para que fizesse alguma coisa, sempre queríamos conscientizar os alunos de que eles tinham direitos [de poder expressar sua orientação sexual e identidade de gênero], de que a escola não podia intervir nesses direitos, e já no segundo ano, onde eu tava no último, já para terminar, eu entrei já como membro do grêmio estudantil. O meu cargo era combate a opressão, e aí eu entrei nesse cargo justamente pela minha vivência do ano anterior e eu queria ajudar porque eu sabia que aquilo (de violência LGBTfóbica) não ia terminar comigo, entendeu? Outras pessoas passariam pelo que eu passei (sic).

O relato da entrevistada revela que o discurso contra-hegemônico adentra a escola básica, mesmo diante de relações de poder consolidadas historicamente, fortemente enraizadas em um terreno heterossexista. Esse discurso se apresenta através de sujeitos cujos processos educativos

superam o que é proposto pela educação escolar. Constituem-se a partir de fontes de convivência social de cariz mais progressista, muitas vezes alinhadas aos coletivos populares que apresentam as reais agendas de nosso povo e de nosso tempo.

Esses sujeitos, afeitos aos ideais de pluralidade, solidariedade e diversidade, introduzem na escola saberes, atitudes e práticas que não correspondem aos interesses das classes que dominam os sistemas de ensino, mas que interessam aos estudantes. As suas intervenções abrem espaço para uma resignificação da diferença e para formas que abandonem a verticalidade hegemônica, formas que preconizam a solidariedade, o respeito e o apreço como valores universais, frutos de um compromisso ético e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da mobilização de memórias de escolarização, identificamos e analisamos as posturas adotadas por jovens militantes do Movimento LGBT em Belém/PA, diante da vivência de experiências heteronormativas em escolas de educação básica. Em tal esforço, foi possível perceber que os entrevistados, hoje, orgulhosos militantes de identidade LGBT, lançaram mão de um conjunto de estratégias para sobreviverem em uma escola hostil.

Nas entrevistas, pudemos reconhecer jovens que, ao se descobrirem diferentes daquilo que a escola e a sociedade propunham, viram-se obrigados a silenciar sua diferença, dissimulando seus interesses, evitando situações de conflito e aprendendo a se guardarem para não ferirem a pretensa moral e não serem, por ela, feridos. Jovens que, hoje, reconhecem como o medo do poder normativo da escola, expressado em ações de execração e isolamento escolar, foi determinante para o não enfrentamento de situações que, naquele tempo, mesmo em face da ausência uma leitura sobre sua sexualidade, já os fazia sofrer ou se envergonhar.

Esses sujeitos, ao reconhecerem sua sexualidade em meio a uma escolarização heteronormatizada, carregaram o fardo de encobri-la antes que a escola os apontasse, revelasse e os interpelasse publicamente. Esses jovens, pelos relatos observados, dentro e fora da escola, foram levados ao silenciamento e passaram por um período de uma sexualidade eclipsada, condicionada pela *pedagogia do armário* (Junqueira, 2012).

Contudo, nem todos os sujeitos entrevistados adotaram a reclusão como forma de se proteger contra a heteronormatividade escolar. E mesmo sob os auspícios de uma escola influente, fortemente sustentada por muitas famílias e outras instituições sociais heteronormativas, tais sujeitos referiram que não se deixaram intimidar e impuseram, no local de ensino, o debate sobre as sexualidades discordantes. Não se atemorizaram com a sucessão de investidas da escola e se comportaram como pontos de resistência, obrigando a comunidade escolar a reconhecer que existe uma diversidade e que esta diferença é matéria constitutiva da experiência humana.

Esses jovens que, em suas pequenas e grandes lutas pelo direito de permanecer na escola, driblaram as armadilhas que tencionaram fazer-lhes desistir, constituíram grupos políticos de fortalecimento dos estudantes, demonstraram aos colegas a existência de um contradiscurso, serviram de testemunhos de que a diferença não implica em demérito e evidenciaram que a cidadania ainda é objeto de disputa. Tais posicionamentos, certamente, causaram desconforto e desequilíbrio para aqueles que, abraçados ao discurso hegemônico das normas de gênero, já acreditavam ter a posse de toda narrativa escolar sobre o que é certo ou errado para as identidades e corpos estudantis.

É possível que, frente às contrainvestidas dos estudantes LGBTs, tais sujeitos, que se arvoram como guardiões da moral (que são muitos e em todos os lugares), não tenham mudado

sua forma de pensar ou agir, pois tais processos demandam a construção de uma nova ética que só se faz frente a aberturas, vivências, estudos e tempo. Mas é certo que os estudantes LGBTs que se ergueram, sustentando um discurso em defesa de liberdade, de autonomia e de autodeterminação, nunca mais foram os mesmos e puderam oportunizar, a muitos que vieram depois deles, o direito de duvidar da existência de um só caminho para todos os caminhantes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. 278 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Revista Bagoas*, [S.l.], v. 3, n. 04, p. 95-112, jan/jun, 2009.
- BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto (Portugal): Porto Editora LDA, 1994.
- BRAGA, Keith Daiani da Silva. *Homofobia na escola: análise do livro de ocorrência escolar*. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2014.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 set. 2018.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 13 jul. 2018.
- BRASIL. *Estatuto da Juventude*. Lei nº 12.852, 5 de agosto de 2013. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições técnicas, 2013. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em 06 jul. 2018.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.151-172.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.
- COLOGNESE, Silvio Antonio.; MÉLO, José Luiz Bica. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Unesco, 2009. p. 367-444.

- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogias do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MILSKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. (orgs.). *Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012. p. 277-305.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes.; GOELLNER, Silvana V.; NECKEL, Jane Felipe. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-52.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, Margareth.; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 135-142.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ROCHA, Ruth. Quando a escola é de vidro. In: ROCHA, R. *Este Admirável mundo louco*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986. [sem paginação].
- SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan/mar, 2013.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. *Revista Margens Interdisciplinar*, Abaetetuba, v. 1, n. 1, p. 11-16, jan. 2004.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1995

Submetido em 27 de março de 2024
Aprovado em 27 de novembro de 2024

Informações das autoras

Welma Cristina Barbosa Mafra
Instituto Benjamin Constant - IBC
E-mail: welma.mafra@ibc.gov.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9863-7389>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5613079347968598>

Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Universidade Federal do Pará – UFPA
E-mail: genylton@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3735617515418666>

Rogério Luís Pereira Mafra
Instituto Benjamin Constant - IBC
E-mail: rogerio.mafra@ibc.gov.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8178-1483>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3869746463423944>